

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/1822	2846/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCF - DP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Considerando que a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, constituem atribuições dos municípios, nos termos do estabelecido no n.º 1, do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual);

Considerando que compete à câmara municipal “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças” (cfr. alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais);

Considerando que compete à câmara municipal “deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes...” (cfr. alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais);

Considerando a missão do Museu do Traje em possibilitar à população em geral e realização de visitas a exposições permanentes ao longo do ano e ainda visitas às diversas exposições temporárias que se vão realizando, com adaptação do tema à época do ano;

Considerando que a celebração do presente contrato visa assegurar uma gestão e utilização racional dos bens imóveis objeto do presente contrato concretizando a necessária ponderação entre os custos e benefícios;

Considerando o disposto nos artigos 52.º e ss do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, que corporiza a reforma do regime do Património Imobiliário Público.



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar o contrato de cedência de utilização temporária do imóvel sito na Rua de S. José nº 40 e Rua do Raio nº 2 ao Centro ao Museu do Traje Dr. Gonçalo Sampaio

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



CONTRATO DE CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO TEMPORÁRIA

Museu Traje Dr. Gonçalo Sampaio

Considerando:

1. A promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, constituem atribuições dos municípios, nos termos do estabelecido no n.º 1, do artigo 23.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual);
2. Compete à câmara municipal “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município...” (cfr. alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais);
3. Compete à câmara municipal “deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes...” (cfr. alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais);
4. O Museu do Traje Dr. Gonçalo Sampaio é um espaço dedicado à etnografia do Baixo Minho onde se encontram em exposição permanente os diversos trajes do século XIX, recolhidos no distrito de Braga, distintos consoante as diferentes zonas geográficas: traje de Encosta, traje de Ribeira, traje de Valdeste, traje de Sequeira ou traje de Capotilha ou Vale do Cávado, sendo este último o traje mais característico da cidade de Braga;
5. O Museu do Traje dá a conhecer um pouco da história popular, nomeadamente os instrumentos musicais que nunca faltavam numa festa popular, como a Concertina, o Cavaquinho, a Viola braguesa, o Clarinete e o Bombo ou Ferrinhos;
6. O fim de interesse público subjacente à celebração da presente cedência é alcançado através da possibilidade da população visitar as exposições permanentes ao longo do ano e ainda visitar as diversas exposições temporárias que se vão realizando, com adaptação do tema à época do ano.
7. A celebração do presente contrato visa assegurar uma gestão e utilização racional do bem imóvel objeto do mesmo, concretizando a necessária ponderação entre os custos e benefícios;



8. O disposto nos artigos 52.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico do Património Imobiliário Público;

Entre

Primeiro Outorgante – Município de Braga, pessoa coletiva número 506 901 173, com sede na Praça do Município, Braga, neste ato devidamente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, com poderes para o ato.

e

Segundo Outorgante: Museu do Traje Dr. Gonçalo Sampaio, pessoa coletiva número - _____, com sede na Rua do Raio nº 2, 1º apartado nº 112, 4711-910, Braga, representada por _____ na qualidade de _____;

Em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de Braga de..... de novembro de 2024 e nos termos e a coberto do disposto, conjugadamente, nos artigos F-2/1.º e ss. do Código Regulamentar do Município de Braga, nos artigos 53.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação em vigor, e na alínea c), do n.º 2, do artigo 4.º, do Código dos Contratos Públicos, é celebrado o presente contrato de cedência de utilização temporária, que se rege pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes, que as partes outorgantes livremente estipulam e reciprocamente aceitam:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

1. Pelo presente contrato o Primeiro Outorgante cede ao Segundo Outorgante o gozo da cave, parte do rés do chão, entre pisos e uma sala no 1º andar, sito na Rua de S. José n.º40 e na Rua do Raio nº 2, designado por Museu do Traje Dr. Gonçalo Sampaio, conforma planta que se anexa ao presente contrato e que dele faz parte integrante.



2. O referido prédio municipal, com a área de 130m², está descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1642/200809, e inscrito na matriz predial urbana da Freguesia de S. José de S. Lázaro sob o artigo 190.

Cláusula 2.^a

(Finalidade)

O Município cede ao Museu do Traje Dr. Gonçalo Sampaio, o prédio descrito na cláusula primeira, para o exercício das iniciativas e atividades do Museu do Traje Dr. Gonçalo Sampaio, nomeadamente, promover exposições e partilhar com o público em geral as tradições etnográficas do Baixo Minho.

Cláusula 3.^a

(Regime de utilização)

1. O Segundo Outorgante utilizará o espaço municipal para o exercício das atividades referidas na Cláusula Segunda e compromete-se a respeitar integralmente as características das instalações, atendendo ao fim a que se destinam, não lhe podendo dar outro fim, sem autorização expressa do Município de Braga, nem do mesmo fazer qualquer utilização imprudente.

2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.^a, ao Segundo Outorgante não é permitido sublocar, emprestar ou ceder, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes deste contrato, sem autorização expressa do Município.

Cláusula 4.^a

(Obras)

1. As obras de conservação e manutenção que se afigurem necessárias para a utilização do espaço municipal para os fins previstos na Cláusula Segunda são da responsabilidade do Segundo Outorgante.
2. Caso se aplique, o Segundo Outorgante obriga-se a submeter à aprovação prévia do Primeiro Outorgante o projeto das obras a executar.



3. Quaisquer outras obras que o Segundo Outorgante pretenda realizar no referido espaço municipal, objeto do presente contrato, necessitam de prévia autorização, por escrito, do Primeiro Outorgante.
4. Todas as obras que forem realizadas ficarão a constituir parte integrante do imóvel municipal, não tendo o Segundo Outorgante, findo o contrato, direito a qualquer compensação ou indemnização pela sua realização.

Cláusula 5.^a

(Obrigações do Segundo Outorgante)

1. Na vigência do presente contrato, o Segundo Outorgante, obriga-se a:
 - a) Suportar os encargos inerentes à conservação, manutenção, fruição, limpeza e vigilância dos espaços cedidos, nomeadamente despesas com água, eletricidade, gás e internet, bem como o pagamento do seguro do referido imóvel;
 - b) Manter os espaços em perfeito estado de conservação e segurança;
2. O Segundo Outorgante obriga-se, ainda, a:
 - a) Prestar ao Município de Braga todas as informações sobre a forma como a execução do presente contrato está a ser desenvolvido, facultando, para tanto, acesso à área cedida e a todas as demais informações solicitadas, sem prejuízo do princípio da necessidade, da proporcionalidade e do respeito pelo regime geral de proteção de dados;
 - b) Celebrar e manter em vigor todos os seguros que se mostrem necessários e adequados ao funcionamento do espaço cedido.

Cláusula 6.^a

(Prazo)

1. O presente contrato de cedência é celebrado pelo **prazo de 10 (dez) anos**, contados desde a data da sua assinatura.
2. O prazo referido no número anterior pode ser renovado, mediante expressa deliberação do Primeiro Outorgante, na sequência de pedido formal a apresentar pelo Segundo Outorgante,



com a antecedência mínima de três meses relativamente ao termo do prazo em curso, através de carta registada com aviso de receção.

Cláusula 7.^a

(Contrapartida pela cedência)

Como contrapartida pela cedência da utilização dos espaços identificados na Cláusula 1.^o, o Segundo Outorgante compromete-se a assumir e assegurar os encargos constantes da Cláusula 5.^a, nomeadamente, a vigilância do espaço municipal e a conservação do mesmo, no período de vigência do presente contrato.

Cláusula 8.^a

(Contrato)

A cedência do gozo do prédio municipal identificado na Cláusula Primeira é temporária, não tendo as partes intenção de celebrar um contrato de arrendamento.

Cláusula 9.^a

(Exclusão de responsabilidade)

1. Quaisquer obrigações assumidas pelo Segundo Outorgante decorrentes do exercício da sua atividade, designadamente, com a contratação de financiamentos bancários, dívidas contraídas a terceiros ou quaisquer danos provocados, serão da sua exclusiva responsabilidade, não podendo ser imputada, seja a que título for, qualquer responsabilidade ao Primeiro Outorgante.

2. O Segundo Outorgante compromete-se a publicitar e dar conhecimento do estipulado no número anterior às entidades financiadoras e/ou terceiros com quem decida contratar ou que utilizem a área agora cedida, assumindo toda e qualquer responsabilidade pela omissão ou incumprimento desta obrigação.

Cláusula 10.^a

(Direção e Fiscalização da Execução do Contrato)

1. Os poderes de direção e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pelo Primeiro Outorgante, nos termos do disposto nos artigos 303.^o a 305.^o do CCP.



2. Para efeitos da concretização dos poderes de direção e fiscalização do modo de execução do contrato o contraente público será representado pelo Gestor do Contrato, no qual se delega:

- a) A competência para a emissão de ordens, diretivas ou instruções, bem como para proceder à notificação prevista no art.º 325.º do CCP para que o Segundo Outorgante cumpra, em prazo fixado para o efeito, todas as obrigações emergentes do contrato, a quem o contraente público fica obrigado a prestar toda a colaboração que se mostrar necessária e toda a informação que lhe seja solicitada, sem prejuízo dos relatórios de acompanhamento previstos no presente contrato;
- b) A competência para decidir sobre a verificação da existência de uma impossibilidade temporária de cumprimento do contrato que determina a suspensão do prazo (nos termos do disposto no art.º 297.º do CCP) e sobre a respetiva retoma logo que cessem as causas que determinaram a suspensão (nos termos do disposto no art.º 298.º do CCP).

3. O Gestor do Contrato, no exercício das funções de fiscalização será responsável pela medição e a avaliação dos níveis de desempenho exigidos, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 290º-A do CCP.

Cláusula 11.ª

(Gestor do Contrato)

Para efeitos do disposto na presente norma e nos termos do disposto no artigo 290.º- A do CCP, fica designado como gestor do contrato do Município de Braga e substituto, em caso de impossibilidade ou impedimento:

Nome do gestor do contrato:

E-mail:

Nome do substituto:

E-mail:



Cláusula 12.^a

(Cessão da posição contratual)

1. O Segundo Outorgante não pode ceder, no todo ou em parte, a sua posição contratual.
2. O Segundo Outorgante não pode, por qualquer forma ou meio, designadamente através de arrendamento, concessão ou realização de quaisquer parcerias, autorizar a utilização da área cedida por terceiros para fins distintos daqueles que se encontram descritos na Cláusula Segunda, sem prévia autorização expressa do Primeiro Outorgante.

Cláusula 13.^a

(Cessação do Contrato)

1. O presente contrato cessa automaticamente:
 - a) pelo decurso do prazo referido na cláusula 6.^a;
 - b) pela extinção do Segundo Outorgante.
2. O presente contrato pode ainda cessar:
 - a) por acordo entre as partes;
 - b) por denúncia, nos termos da cláusula seguinte;
 - c) por resolução unilateral do Município:
 - i. pela afetação da área cedida a fins diferentes dos que se encontram referidos no presente contrato;
 - ii. pela não utilização da área cedida por um período superior a 3 meses seguidos;
 - iii. por incumprimento grave, pela Segunda Outorgante, das demais cláusulas do presente contrato;
 - iv. por declaração de interesse público.

Cláusula 14.^a

(Denúncia)

Qualquer uma das partes outorgantes pode denunciar o presente contrato, por escrito, mediante carta registada com aviso de receção, com uma antecedência mínima de dois meses



relativamente à data pretendida para a cessação dos seus efeitos, sem que tal confira direito a qualquer indemnização.

Cláusula 15.^a

(Resolução Unilateral)

1. A resolução unilateral referida na alínea c) do número 2 da Cláusula 13.^a opera por mera notificação da decisão de resolução ao Segundo Outorgante.

2. Em caso de incumprimento das obrigações previstas no presente contrato, o Município de Braga pode rescindir imediatamente o contrato, com reversão imediata para sua posse da área cedida e respetivas benfeitorias, sem direito a qualquer indemnização, compensação ou direito de retenção para o Segundo Outorgante a qualquer título.

3. Nas situações em que a resolução unilateral se fundamente em interesse público ponderar-se-á o pagamento de uma indemnização destinada a compensar os danos emergentes que sejam comprovadamente demonstrados.

Cláusula 16.^a

(Devolução do Imóvel)

Findo o presente contrato, pelo decurso do prazo ou em virtude de qualquer outra das situações previstas nas cláusulas anteriores, o Segundo Outorgante obriga-se a entregar ao Município, no prazo de 15 dias úteis contados da cessação do contrato, o prédio cedido, em bom estado de conservação e limpeza, sem que possa ser alegado direito de retenção ou reclamada qualquer contrapartida ou indemnização.

Cláusula 17.^a

(Modificação do contrato)

Qualquer modificação ou revisão ao presente contrato deverá ser celebrada por escrito e assinada pelas partes outorgantes.

Cláusula 18.^a

(Habilitação legal)



Para efeitos do disposto no artigo 177.º-B do Código de Procedimento e Processo Tributário, o Segundo Outorgante apresentou os seguintes documentos comprovativos de que possui a sua situação tributária regularizada, que se anexam:

- a) Declaração da situação regularizada relativamente à Autoridade Tributária;
- b) Declaração da situação regularizada relativamente às contribuições para a Segurança Social.

Cláusula 19.^a

(Omissões)

Os casos omissos ou dúvidas resultantes do presente clausulado serão resolvidos mediante acordo entre as partes, à luz do disposto nas normas do Código Regulamentar do Município de Braga e demais legislação aplicável.

Cláusula 20.^a

(Foro competente)

Para a resolução de todas as questões emergentes do presente contrato, as partes elegem como competente o Tribunal da Comarca de Braga, com expressa renúncia de qualquer outro.

Por ser esta a vontade livremente expressa pelas partes outorgantes, vão elas assinar o presente contrato, exarado em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma, depois de devidamente rubricado e assinado.

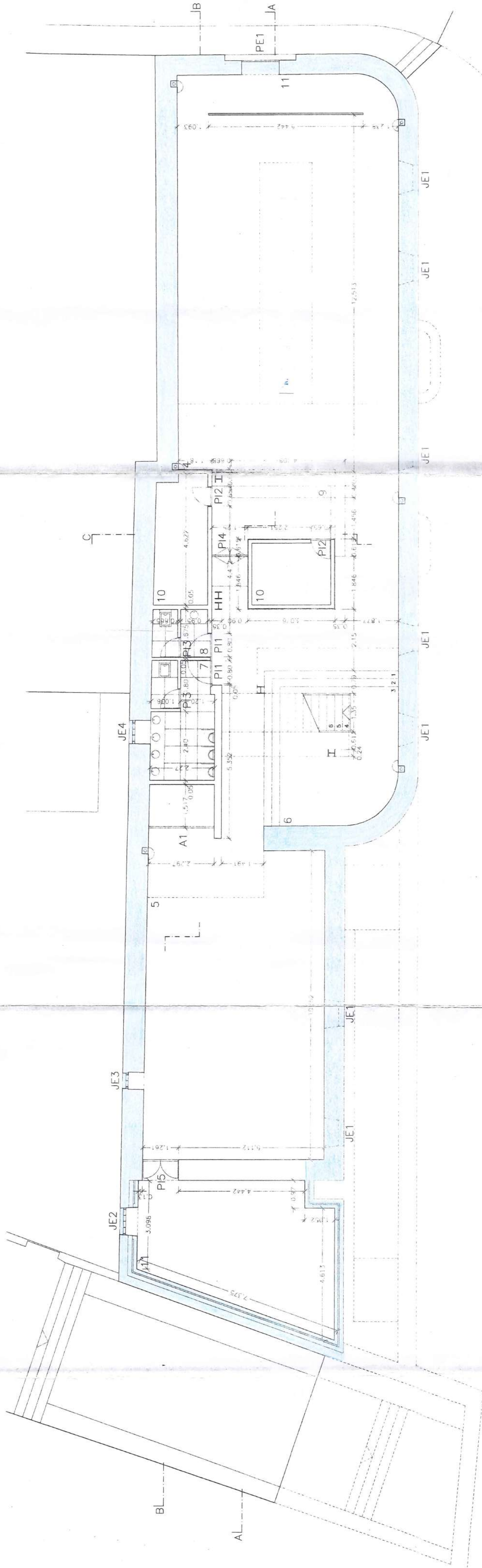
Pelo Primeiro Outorgante,



Pelo Segundo Outorgante,

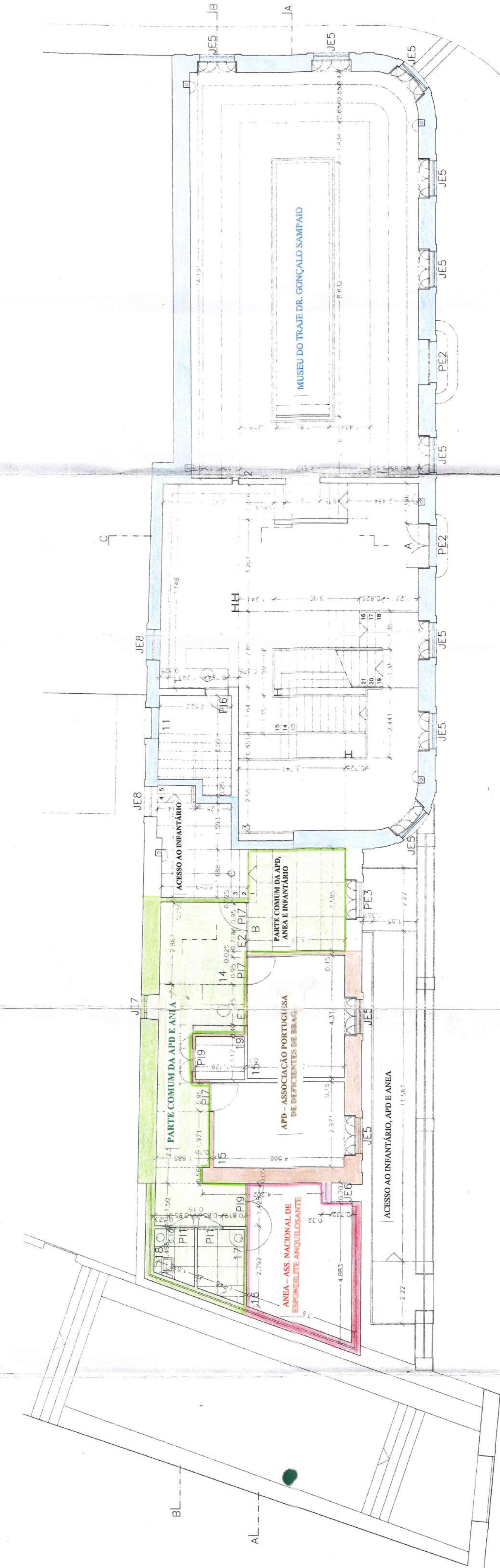
Braga,de Janeiro de 2025.





Camara Municipal de Bragança - Videoteca
Projeto de Arquitetura - 14/14
Documento assinado eletronicamente na plataforma e-Justica Gestora Página 14/14

CAVE



R/CHÃO

LEGENDA

- Museu do Traje Dr. Gonçalo Sampaio, ocupa a cave, parte do rés-do-chão, entre pisos e uma sala no 1º andar.

- APD - Associação Portuguesa de Deficientes - Braga, ocupa uma sala no rés-do-chão, uma divisão para arrumos e divide uma parte comum com a Ass. Nac. de Espandilite Anquilosante.

- Associação Nacional de Espandilite Anquilosante, ocupa uma sala no rés-do-chão e divide uma parte comum com a Ass. Port. de Deficientes